

A CONSTITUIÇÃO DE UM ESPAÇO DE DIZER NO BATIMENTO ENTRE LÍNGUA E HISTÓRIA: O SUJEITO NORTE MATO-GROSSENSE NA AMAZÔNIA LEGAL BRASILEIRA

Tânia PITOMBO-OLIVEIRA¹

RESUMO

O Grupo de Pesquisa Educação e Estudos da Linguagem se orienta pela linha de pesquisa Sujeito do Conhecimento e ancora suas reflexões nos pressupostos teóricos da Análise de Discurso materialista histórica e tem como objeto compreender os contextos de constituição da prática discursiva dos habitantes da região norte do Estado de Mato Grosso no confronto com o discurso governamental no que diz respeito à oposição desmatar/preservar. Focalizamos a cidade de Sinop, polo regional, como referência para as entrevistas realizadas que produziram recortes específicos em que a prática discursiva dos habitantes da região se marca pela referência à injustiça e interdição ao desenvolvimento decorrentes do discurso jurídico-preservacionista governamental de restrições. Movimentamos os sentidos de ‘desenvolvimento’ e de ‘integração’ na relação presente/passado, assim como os significados de fronteira postos pelo paralelo 13°. A dificuldade em se precisar “o quê significa e para quem” nos faz refletir sobre a necessidade de nos debruçarmos sobre a questão e pesquisarmos sobre os sentidos de “desenvolvimento” e os sentidos de “sustentável”. Nesta proposta de reflexão sobre a linguagem fundada nos trabalhos de Michel Foucault, Michel Pêcheux e EniOrlandi, mobilizamos algumas noções que são de fundamental importância para a compreensão da constituição dos sentidos e dos sujeitos no batimento entre língua e história e que possam contribuir na utilização e na interpretação dos conceitos postos numa possível releitura pelas políticas públicas que se traduzem posteriormente em deliberações legais.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso; Sujeito; Amazônia Legal Brasileira; Sustentabilidade.

INTRODUÇÃO

Nesta reflexão que se inscreve na perspectiva teórica da Análise do Discurso materialista histórica, fundada nos trabalhos de Michel Pêcheux, Michel Foucault e EniOrlandi, inscrevemos como objeto de investigação “o discurso dos habitantes da

IUNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso. FAEL – Faculdade de Educação e Linguagem. Curso de Letras. Av. dos Ingás, 3001, Jd. Imperial, CEP 78550-000, Sinop/MT/Brasil – taniapitombo@gmail.com

faixa de transição de floresta aberta para floresta densa ou pré-amazônia” no confronto com o discurso governamental e nos propomos a compreender as relações político-jurídico-ambientais e econômicas postas pelos discursos da região norte do Estado de Mato Grosso no que diz respeito à oposição desmatar/preservar.

Tendo em vista a oposição entre “aqueles que podem” e “aqueles que não podem”, o componente de maior alcance das condições de produção e que norteou as entrevistas foi a Medida Provisória n.º 1511/96, que normatiza a obrigatoriedade da reserva legal nas propriedades acima do paralelo 13º em 80% de mata ao contrário do “resto do País” em que a reserva legal obrigatória é de 20%.

No dizer sobre o impacto das medidas jurídicas, sanções e punições fiscais que incidem sobre a região, fica atestado pelos habitantes que essas medidas não lhes são devidas.

Na busca da compreensão do funcionamento dos discursos em pauta, trabalhamos os sentidos de ‘desenvolvimento’, e de ‘integrar’ na relação presente/passado, assim como os significados da fronteira posta pelo paralelo 13º.

O interesse por este trabalho se deu na observação da prática discursiva dos habitantes da região norte do Estado de Mato Grosso, região considerada como faixa de transição entre o cerrado e a floresta amazônica, denominação conforme a EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (1994:08), prática discursiva esta marcada por mecanismos discursivos de contestação dos habitantes desta faixa de transição contra o espaço de restrições criado/controlado por medidas governamentais.

Essa comunidade convive em permanente estado de confronto na sua relação com o estado, sob o impacto de medidas provisórias, projetos, restrições e punições fiscais que incidem sobre a região.

Tomando como referência para as entrevistas que constituem o corpus deste trabalho a Medida Provisória n.º 1511 de 27 de junho de 1996, que normatiza a obrigatoriedade da reserva legal nas propriedades rurais em 20% e a preservação em 80%, ao contrário do restante do país em que se preserva 20% e é permitido desmatar 80%; e a Portaria 16/99 do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) publicada no mês de fevereiro de 1999, suspendendo por cento e vinte dias a concessão de novas autorizações para desmate em toda região amazônica e revogando as concedidas anteriormente; deparamo-nos, na prática discursiva dos habitantes da faixa de transição, com severas críticas às medidas restritivas da MP 1511/96 e à edição da Portaria 16/99. Esta situação acarreta discussões

calorosas favoráveis ao desenvolvimento da região.

O grupo de pesquisa Educação e Estudos da Linguagem que desenvolve o Projeto de pesquisa *Tecer de uma discursividade na região norte mato-grossense da Amazônia legal: contextos e possibilidades de desenvolvimento frente à sustentabilidade*, traz para si a responsabilidade de dar voz a esta população que é dita/falada/identificada em um contexto midiático nacional e levantar o que estaria funcionando neste contexto regional que poderia parecer tão insólito aos olhos de um alguém que estivesse fora deste processo? O que estaria tão opaco para que grande parte da população do país, em especial a mídia, hostilizasse os habitantes da região?

Esta inquietação levou-nos a procurar algo que não estivesse tão visível, e, nos propusemos a pensar discursivamente sobre estes questionamentos, e entender, a partir das relações imaginárias constitutivas dos processos discursivos, a oposição “entre aquele que pode” e “aquele que não pode” presente nos discursos dos habitantes da faixa de transição ou pré-amazônia, no confronto com o discurso governamental. Veremos que discursivamente estes habitantes se identificam como “aqueles que não podem”, marcados pela relação desmatar/preservar, não como evidência do conteúdo na relação sujeito e linguagem, mas como efeitos de sentidos constitutivos de um imaginário que toma estes habitantes.

Desenvolvimento sustentável entre um jogo de imagens

Desenvolvimento sustentável: formulação presente na prática discursiva da população brasileira que beira as margens do senso comum, sendo formulada em uma diversidade de situações e sujeitos. A dificuldade em se precisar “o quê significa e para quem” nos faz refletir sobre a necessidade de nos debruçarmos sobre a questão e pesquisarmos sobre os sentidos de “desenvolvimento” e os sentidos de “sustentável” para a população brasileira que habita a região denominada da Amazônia Legal e ainda mais especificamente, a região acima do Paralelo 13° que tem limites restritivos em sua área de desmate de fitofisionomias florestais em 20%, devendo permanecer 80% de área de preservação de floresta.

Historicamente, muitos desafios se apresentam à humanidade frente a questões como um equacionamento entre desenvolvimento e consciência ecológica ou educação

ambiental. O mundo globalizado exigirá, cada vez mais, que as nações definam o que entendem e como querem trabalhar a noção de desenvolvimento (desmatar/plantar/colher/sobreviver) ou (preservar/sobreviver) na contradição desmatar/preservar. Para que essas noções efetivamente constituam práticas, é necessário trabalhá-las/compreendê-las nas regiões diretamente atingidas pelo discurso jurídico preservacionista ambiental governamental.

Assim, tomamos as noções teóricas da área da Análise de Discurso, que pensa a compreensão do fato de linguagem na relação do sujeito com os sentidos e com o mundo. Para Orlandi (1999:15),

[...] a Análise do Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando [...] considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos, seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade.

Nesta proposta de reflexão sobre a linguagem, estaremos mobilizando algumas noções que são de fundamental importância para a compreensão da “constituição dos sentidos e dos sujeitos”. Abordaremos, então, além das noções de sujeito e sentido, as de ideologia, história, linguagem e discurso.

Para Pêcheux (1997:160) “o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe ‘em si mesmo’ (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas)”. Esta tese pode ser resumida dizendo que as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem. Pêcheux chama, então, formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.).

Isso equivale a afirmar que as palavras, expressões, proposições, etc., recebem

seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas, onde os indivíduos são “interpelados” em sujeitos-falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam “na linguagem as formações ideológicas que lhes são correspondentes”.

Para Orlandi, há uma afirmação fundamental para quem trabalha na Análise do Discurso – “a ideologia interpela o indivíduo em sujeito e este submete-se à língua significando e significando-se pelo simbólico na história.” (1999^a:12). Há um efeito que é o efeito ideológico elementar pelo qual o sujeito não tem acesso ao modo como ele se constitui em sujeito, ou seja, o modo como ele se constitui enquanto posição.

Para que possamos entender o discurso encontrado na região norte mato-grossense é necessário compreender a história não como uma sucessão de fatos já dados, cronológicos. Datas não interessam, mas os modos como os sentidos são produzidos e circulam. Segundo Paul Henry (1997:51),

Não há ‘fato’ ou ‘evento’ histórico que não faça sentido, que não peça interpretação, que não reclame que lhe achemos causas e consequências. É nisso que consiste a história, nesse fazer sentido, mesmo que possamos divergir sobre esse sentido em cada caso. Isto vale para nossa história pessoal, assim como para a outra, a grande História.

Na região norte do Estado de Mato Grosso, observamos que esta população sente-se injustiçada e interdita ao ser excluída do contexto de desenvolvimento no qual estava inserida nas décadas de 70 a 80 do século XX e submetida a um espaço de restrições criado/controlado pelas medidas governamentais em que o Estado exerce o controle através de Medidas Provisórias.

Assim, a possibilidade de compreendermos o desenvolvimento frente à sustentabilidade e as propostas de correção da ilegalidade postas no discurso governamental estadual e federal se apresentam como fundamentais para que o Grupo de Estudos Educação e Estudos da Linguagem possa observar a relação da posição-sujeito norte mato-grossense frente ao movimento das questões ambientalistas.

Dessa forma, essa pesquisa contribui para compreender como são produzidos efeitos de sentidos sobre desenvolvimento sustentável em diversas materialidades discursivas que se apresentam pelas vias dos discursos de sujeitos em diferentes posições, como ecos que sinalizam a harmonia entre o desenvolvimento econômico, a tecnologia e a vida ecológica, nesses territórios que constituem essa parte da Amazônia

Legal, a região de Sinop.

O corpo linguístico como fronteira discursiva

Pêcheux (1990:07-24), ao discutir o conceito histórico das revoluções afirma que,

No espaço revolucionário tem-se a questão da passagem de um mundo a outro, a relação com o invisível é aí inevitavelmente colocada, do mesmo modo como nas formas históricas da contra revolução: o conjunto constitui um só processo, contraditório, no qual se tramam as relações entre língua e história.

O autor nos diz que “a questão histórica das revoluções concerne por diversas vias ao contato entre o visível e invisível, entre o existente e o alhures, o não-realizado ou o impossível, entre o presente e as diferentes modalidades de ausência”.

Ao propor a existência do invisível e da ausência, Pêcheux as inscreve nas “formas linguísticas da negação, do hipotético, das diferentes modalidades que expressam um ‘desejo’, e também no jogo variável das formas que permutam o presente com o passado e o futuro(...) toda língua está necessariamente em relação ao “não está”, o “não está mais” e o “ainda não está” e o “nunca estará” da percepção imediata: a ideologia a representar as origens e os fins últimos, o alhures, o além e o invisível”.

Pêcheux nos mostra, nesta reflexão sobre as barreiras visíveis e invisíveis, que as ideologias feudais “supunham a existência material de uma barreira linguística que separava aqueles que, por seu estado, eram os únicos suscetíveis de entender claramente o que tinham a se dizer, e a massa de todos os outros, tidos como inaptos para se comunicar realmente entre si, e a quem os primeiros só se endereçavam pela martelação retórica da religião e do poder”.

Observa que nem o feudalismo nem as monarquias absolutas colocaram em prática qualquer política de língua, o que não implica a ausência de acontecimentos linguísticos importantes como, por exemplo, o papel organizador da Academia Francesa que, tendo os laços de suserania se tornado ineficazes, se empenhou em reforçar a coesão da classe dominante nobiliária com a unificação de *sua* língua face à heterogeneidade linguística que havia se manifestado. Para Pêcheux (1990), assinala que,

O ‘corpo linguístico’ da época feudal, o mosaico dos falares locais e dos patoás, permanecia tão intocável quanto o corpo do rei, por razões

paradoxalmente idênticas, tendo em vista o fato de que o soberano somente podia representar seu povo na condição de ser, em seus atos e em suas palavras, a fonte única da história, da qual o povo se mantinha como o espectador mudo.

O autor atesta a partição do mundo feudal em dois mundos assegurada por disjunções visíveis entre as quais as barreiras de língua e se refere “a um ‘terceiro mundo’ invisível, a um trás mundo onde a separação se anula: a ideologia religiosa, que dominava a formação sócio-histórica, feudal e monárquica, consistia essencialmente em administrar esta relação com o “alhures” que a funda; ela representava este “alhures”, tornando-o visível através das cerimônias e das festas – inscrevendo-se aí os discursos – que colocavam em cena este corpo social unificado, radioso, transfigurado, que manifesta o *inexistente constitutivo* da sociedade feudal.

Com o advento da Revolução Francesa (1789) a classe burguesa toma o poder político “em uma revolução nacional, democrática e popular; é também uma revolução linguística no sentido próprio do termo, posto que a “mudança de mundo” (materializada em alguns anos pela queda da realeza e a construção de um novo aparelho político, jurídico-administrativo e militar) é também profundamente marcado pela empresa política do “francês nacional”.

Assim, este “terceiro mundo” invisível, este trás mundo da ideologia feudal, “este “inexistente” irrompeu materialmente, e as barreiras visíveis se desmoronaram, arrastando com sua queda a ideologia religiosa feudal”. Pêcheux (1990), nos afirma que,

A política burguesa produz um novo tipo de relação ao alhures e ao inexistente. A ‘questão linguística’ chega politicamente à ordem do dia, e desemboca na alfabetização, no aprendizado e na utilização legal da língua nacional, não mais o choque de dois mundos, separados pela barreira das línguas, mas um confronto estratégico em um só mundo, no terreno de uma só língua, tendencialmente Una e Indivisível, como a República.

A difusão da língua nacional é uma das questões em jogo nas lutas de classes na Europa do século XIX e a burguesia francesa procura uma aliança popular a fim de destruir a antiga dominação monárquica e ao mesmo tempo procura organizar sua própria ordem: uma nova divisão da sociedade sob a cobertura de uma unidade formal fundada no Direito.

Proclama o ideal de igualdade frente à língua como uma das condições da liberdade dos cidadãos e simultaneamente organiza uma desigualdade real em que o ensino “completo” da língua francesa consistia sobre o modelo do latim, reservando a

experiência do bilinguismo para a classe dominante e fornecendo às massas uma gramática simplificada e truncada, baseada na lógica da frase simples.

Por seu lado o proletariado experimenta o irrealizado do movimento popular. Não há igualdade entre burguesia e proletariado. Uma barreira política invisível se entrelaça sutilmente com as fronteiras econômicas visíveis capitalistas.

Desta maneira, não existe mais uma fronteira visível separando dois mundos como no feudalismo havia a separação entre o soberano e o povo. Pêcheux afirma que “o importante aqui é que esta nova barreira, invisível, não separa dois “mundos”; ela atravessa a sociedade como linha móvel, sensível às relações de força, resistente e elástica, sendo que, de um e de outro de seus lados, as mesmas palavras, expressões e enunciados de uma mesma língua, não têm o mesmo “sentido”: esta estratégia da diferença sob a unidade formal culmina no discurso de Direito, que constitui assim a *nova língua de madeira da época moderna*, na medida em que ela representa, no interior da língua, a maneira política de negar a política”.

Para o autor, os diferentes aparelhos ideológicos de Estado da sociedade burguesa “*são ao mesmo tempo idênticos e antagonistas*” em relação a si mesmos, submetendo sua unidade a uma divisão: “*um mundo que não acaba nunca de se dividirem dois*”.

A revolução socialista para Pêcheux (1990), aparece como o inexistente específico do mundo burguês, cujo advento é o único que pode realizar “a transparência da produção social” para os próprios produtores e por eles; o discurso revolucionário socialista se constrói (nas sociedades europeias do século XIX) em torno da barreira política invisível que protege o Estado: ele consiste em denunciar a sociedade, tornando visível o seu “irrealizado”; ele se encarrega de reunir, convencer, organizar e politizar o proletariado, tornando-o visível para si mesmo, de sorte que, novo sujeito da História, este se lance à “luta final”: o mundo vai mudar de base.

Esta subversão da base do modo de produção capitalista não ocorreu e o que constitui hoje “o mundo socialista” se desenvolveu na periferia do mundo capitalista, “contido em um outro mundo *pelo* mundo capitalista, quando não *dentro* dele”. O campo socialista tomava o lugar da utopia realizada como ilha experimental sitiada e defendida em que o socialismo estava a se operar: “o alhures realizado tomava o lugar do ‘realizado alhures’”.

Esta necessidade de proteção do socialismo em relação ao capitalismo produziu fronteiras visíveis como: “a fronteira de sítio, que separa o interior do socialismo

existente e o mundo exterior do capitalismo. Fronteira protetora contra o cerco militar, as tentativas contra-revolucionárias e os riscos de “contaminação ideológica”, mas por isso mesmo fronteira também de contenção interna, destinada a prevenir fugas”, e ainda, “novas fronteiras interiores: reconstituição de novas solidificações e novas permanências, e em um certo retorno do sagrado feudal na ordem social: as hierarquias, as posições e os protocolos organizam a visibilidade do corpo glorioso da Revolução e asseguram a legitimidade do discurso oficial, tecido com referências aos textos fundadores e com fragmentos de memória coletiva, através dos quais o “nós” do povo se dirige a si mesmo; a ordem social pretensamente desembaraçada dos efeitos da luta de classes, converte-se em uma ordem natural, na qual não há lugar para contradições: quando muito “dificuldades de organização”.

E o autor conclui “jogando com as novas fronteiras visíveis, uma fronteira invisível, de tipo novo, sinuosa e móvel, se constituiu em torno do Partido-Estado; inapreensível e invisível, ela torna visível a adversidade, produzindo o adversário, tomando o intruso interno como “traidor”, “sabotador” e “agente do inimigo”, e expulsando-o para fora do “nós” unânime do indivíduo social universal que ele assim protege e reproduz (...) de um lado e de outro desta fronteira, a mesma palavra, a mesma frase não têm, de novo, o “mesmo sentido”: e, como no caso da ideologia jurídica burguesa, sua transposição, deliberada ou não, pode ser uma questão de vida ou morte: paradoxalmente, a desconfiança dos revolucionários com respeito à fraseologia engendrou a nova fraseologia do discurso-real autoprotetor, nova “frase democrática” que, ao repetir o que todos sabem, permite calar o que cada um entende sem confessar”.

Constituição histórica dos processos de linguagem

Ao pensar sobre os conceitos de fronteira – visível e invisível – propostos por Pêcheux e os reportando para o objeto de estudo deste trabalho, considero fundamental compreender, neste caso, o paralelo 13º na relação com a linguagem.

Considerado como um marco visível – assinalado em mapas – seria somente mais um paralelo se não fosse o fato de que estabelece uma fronteira discursiva após a edição da Medida Provisória 1511/96. E é este fato que o torna diferente dos demais.

O paralelo 13° é uma fronteira discursiva que estabelece o sentido de ‘aquele que não pode’ ao “norte/acima” do Brasil, diferentemente do ‘aquele que pode’ “ao sul/abaixo”².

O paralelo 13° carrega um sentido outro em que ele somente se torna visível/sentido/discutido/rejeitado nos sentidos do “aquele que não pode”, em sua constituição histórica, pois para “aqueles que podem” estes sentidos não existem discursivamente.

Pêcheux considera necessário reconhecer que “as ideologias dominadas se formam *sob* a dominação ideológica e *contra* elas, e não em um “outro mundo”, anterior, exterior ou independente”, e acrescenta, “parece que a questão de linguagem, a dos efeitos de fronteira e a da irrupção do irrealizado podem se amarrar à figura da interpelação ideológica dos indivíduos em sujeitos”, introduzida por Althusser (1998) em que as práticas ideológicas são aí caracterizadas como,

Reguladas por rituais nos quais as práticas se inscrevem no seio da existência de um aparelho ideológico, mesmo que seja uma mínima parte deste aparelho: uma pequena missa em uma pequena igreja, um enterro, um pequeno jogo em uma sociedade esportiva, um dia de aula em uma escola, uma reunião ou um encontro de um partido político, etc.

E perguntamos, então, de que forma se dá a resistência na prática discursiva dos habitantes da faixa de transição, considerando que o próprio da oposição já é uma das formas de resistência conforme o Dicionário Aurélio (2010) – “10. Oposição ou reação a uma força opressora”.

Em relação às formas de se dar a resistência, para Pêcheux, estão: não entender ou entender errado; não “escutar” as ordens; não repetir as litâneas ou repeti-las de modo errôneo, falar quando se exige silêncio; falar sua língua como uma língua estrangeira que se domina mal; mudar, desviar, alterar o sentido das palavras e das frases; tomar os enunciados ao pé da letra; deslocar as regras na sintaxe e desestruturar o léxico jogando com as palavras...”.

O desenvolvimento entre um jogo de imagens

A análise do material das entrevistas realizadas produziu recortes específicos

² A prática discursiva acima/abaixo se dá pela visualização do mapa e não pela demarcação geográfica que ao norte(acima) do paralelo 13° vem o paralelo 12°, 11°, etc.

marcados, a partir das relações imaginárias constitutivas dos processos discursivos, pela oposição entre “aquele que pode” e “aquele que não pode”, presente nos discursos dos habitantes da faixa de transição ou pré-amazônia no confronto com os discursos ambientalistas governamentais.

Veremos que discursivamente estes habitantes se identificam como “aqueles que não podem”, sentindo-se injustiçados pela nova maneira de pensar da política ambiental.

Observemos os recortes,

Se não há o desmate, não há plantação e muito menos o aproveitamento da área.

(Revista Produtor Rural, março de 1999:30)

Constata-se uma relação de condição. O produtor rural da faixa de transição tem como prioridade o aproveitamento da área, e, para que isto ocorra, é preciso desmatar e plantar.

(...) eu vim lá do sul. Aí eu chego aqui e a terra não serve prá mais nada, é prá reserva. Isso aí também é que nem pregar prego no mar né (...) 50% de reserva prá quem veio prá abrir 80% é muita reserva né, é muito chão.

(Agricultor, entrevista realizada em 04 de fevereiro de 1999)

Segundo Orlandi (1999:30) as condições de produção de um discurso podem ser consideradas em sentido estrito, ou seja, as circunstâncias da formulação, o contexto imediato; e consideradas em sentido amplo, o que inclui o contexto sócio-histórico, ideológico.

No discurso dos habitantes da faixa de transição as condições de produção em seu contexto imediato, ou seja, as circunstâncias de formulação remetem a uma prática discursiva de injustiça e interdição em uma referência presente/passado – década de setenta/década de noventa – no confronto com as medidas jurídico-ambientalistas governamentais.

Neste caso específico, considero como uma das condições de produção deste discurso a edição da medida provisória 1511/96 que aumenta a área de reserva legal ao norte do paralelo 13° de 50% para 80% nas regiões em mata. Também deve ser considerado como condição de produção, em seu contexto imediato, o fato da faixa de transição ser limítrofe ao paralelo 13° e esta proximidade aumenta o sentimento de injustiça destes habitantes.

E, ainda, a cobertura vegetal da região, em que estes habitantes alegam que esta é uma região de mata não pertencente à floresta densa amazônica.

Já, as condições de produção em seu contexto amplo trazem para a consideração dos efeitos de sentido elementos que derivam da forma de nossa sociedade, das Instituições, entre elas o Governo, no modo como organiza o poder estabelecendo leis que devem ser cumpridas, neste caso específico, a edição da medida provisória que altera a área de reserva legal.

As condições de produção do discurso da faixa de transição, em um contexto amplo, estão assentadas sobre a nova maneira de pensar da política na era da globalização que prioriza o discurso ambiental-ecológico em detrimento do discurso desenvolvimentista.

Na referência presente/passado, verificamos a necessidade de manutenção pelos habitantes da região norte do Estado de Mato Grosso, das propostas governamentais do início da colonização contidas na Declaração da Amazônia: povoamento, ocupação, segurança nacional, ocupar o território, harmoniosa integração inter-regional, mercados significativos, progresso e desenvolvimento da área, promover a completa integração sócio-econômica da Amazônia ao Brasil, perfeita e adequada incorporação à sociedade brasileira, soberania inalienável.

Os recortes nos mostram a relação sempre posta entre presente e passado. O discurso dos moradores da área de transição é um discurso que se constrói ancorado nas propostas desenvolvimentistas da década de setenta e requer a manutenção da ordem então vigente.

Como nos recortes:

(...) ao contrário de décadas atrás, nos dias atuais, graves medidas em forma de sanções, tudo em nome do meio ambiente, através do próprio governo federal que anteriormente incentivava a ocupação da Amazônia Legal.

(Gazeta Regional de Sinop, 01 de abril de 1999:02)

Na década de setenta foram criados programas de desenvolvimento da região centro-oeste como o Prodeci, SUDAM, e de expansão agrícola. Na época, muitos brasileiros foram convidados a desbravar o cerrado e garantir nossas fronteiras. O problema é que, por parte do governo federal, não havia nenhuma preocupação quanto à questão ambiental. Agora, quando a consciência ecológica parece ter despertado, o governo exige que os produtores façam por conta própria a reconstrução das áreas de reserva legal.

Veja o absurdo: hoje o agricultor não tem dinheiro sequer para plantar, quanto mais para reconstruir uma mata nativa de cerrado.

(Elizete Araújo Ramos / Advogada / Assessora Jurídica da FAMATO - Federação da Agricultura de Mato Grosso / Revista Produtor Rural/março de 1999)

A nação agora impediu os donos de propriedades na Amazônia Legal de derrubar qualquer árvore e de transportar qualquer madeira que já tenha sido derrubada, exceto as já serradas ou nos pátios das madeireiras. Essa atitude, moralmente correta na nova ordem, afetou milhares de pessoas que anteriormente atenderam uma política da própria nação em levar desenvolvimento à Floresta Amazônica.”

(Estudante universitário, julho de 1999)

Na prática discursiva dos habitantes da faixa de transição produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer que já se encontra sedimentado, como nos exemplos: ‘décadas atrás’, ‘na década de setenta’, ‘na época’, ‘anteriormente’, que fazem referência a um passado na oposição a: ‘dias atuais’, ‘agora’, ‘hoje’. Essa oposição se justifica no confronto com as novas medidas jurídico-ambientalistas governamentais para a região: ‘a nação agora impediu’, ‘tudo em nome do meio ambiente’, ‘quando a consciência ecológica parece ter despertado’, ‘reconstruir mata nativa de cerrado’, ‘moralmente correta na nova ordem’.

No conjunto de quatro textos que constitui a sessão temática “Papel da Memória”, inserida em *História e Linguística*, uma publicação das Atas da Mesa Redonda “Linguagem e Sociedade”, realizada na Escola Normal Superior de Paris em abril de 1983, nos é apresentado o tema memória na relação entre língua e história, em que a memória, é vista “sob diferentes aspectos: lembrança ou reminiscência, memória social ou coletiva, memória institucional, memória mitológica, memória registrada, memória do historiador. Atravessando os artigos, a questão: o que é produzir memória? Como a memória se institui, é regulada, provada, conservada, ou é rompida, descolada, restabelecida? De que modo os acontecimentos históricos, mediáticos, culturais – são inscritos ou não na memória, como eles são absorvidos por ela ou produzem nela uma ruptura?”

Como resultado dessas discussões, salientamos o seguinte comentário de Pêcheux (1990:56),

3ACHARD, Pierre. “Papel da Memória” tradução e introdução José Horta Nunes, Campinas, SP, Pontes, 1999.

A certeza que aparece, em todo caso, no fim desse debate é que uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos, de regularização...Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos.

Orlandi (1999:31), pensando a memória na relação com o discurso, a denomina de interdiscurso, em que a autora o define como “aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente”. Ou seja, é o que Orlandi chama de memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a formado pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada.

No discurso dos habitantes da faixa de transição, as propostas desenvolvimentistas para a Amazônia que na década de setenta deslocaram com propagandas de incentivo migrantes, principalmente da região sul do país e os levaram a buscar terras mais baratas para expansão agrícola, a desbravar o cerrado e garantir fronteiras, continuam significando e configuram uma memória discursiva que por filiações de sentido se vai historicizando, marcada pelas relações de poder no confronto com o discurso jurídico-ambientalista governamental.

É fundamental para se compreender o funcionamento do discurso e a sua relação com os sujeitos e com a ideologia o fato de que há um já-dito que sustenta a possibilidade de todo dizer. A observação nos permite remeter o discurso encontrado na faixa de transição a uma filiação de dizeres, a uma memória e a identificá-lo em sua historicidade mostrando seus compromissos políticos e ideológicos, traduzidos em sentimentos de injustiça e interdição.

Como no recorte já apresentado:

(...) se tem uma limitação qualquer que era 80%, passou para 50% e caiu para 20%, facinho de aparecer aí um boca de burro que de repente fala que não pode desmatar mais nada(...) então eu comprei uma terra aqui há vinte anos atrás para investir na Amazônia e eu chego aqui e a terra não serve prá mais nada, é prá reserva.

(Agricultor, entrevista realizada em 04 de fevereiro de 1999)

“De repente fala que não pode desmatar mais nada”. Esta sequência discursiva vem carregada de sentidos, em que ‘de repente’ traduz a insegurança, a incerteza em

relação a um futuro vividas nas constantes alterações da lei através de medidas provisórias como vemos em: ‘era 80%, passou para 50% e caiu para 20%’.

‘De repente’, neste caso, significa ‘a qualquer momento’ as leis podem alteradas, não existem garantias.

Em ‘não pode desmatar’ esses habitantes, discursivamente, se sentem excluídos de uma situação de desenvolvimento, pois desenvolvimento é o pré-construído do agricultor que está posto na formulação ‘desmatar para plantar’. Se o desmate não é permitido, não se tem como plantar, não se produz, não se trabalha.

‘Mais nada’ remete a um vazio. Se o agricultor, o madeireiro, o pecuarista não pode desmatar, não vê alternativas para o desenvolvimento no qual estava inserido. Na memória discursiva destes habitantes, desenvolvimento está relacionado a desbravar: – desbravar o sertão – desbravar o cerrado – desbravar a floresta, desmatar, plantar, ganhar dinheiro, investir, enfim, a uma política liberal que se estrutura no trabalho.

Em ‘a terra não serve prá mais nada, é prá reserva’, vemos uma intercambiabilidade entre ‘nada’ e ‘reserva’. Preservar a mata para os habitantes desta região significa excluir a utilização da terra – ‘não serve prá mais nada’ – excluir os habitantes dessa relação, excluir o trabalho, algo inaceitável no interior de nossa organização liberal-capitalista.

Para Pêcheux (1997: 164), o “pré-construído” corresponde ao “sempre-já-aí” da interpelação ideológica que fornece-impõe a “realidade” e seu “sentido” sob a forma da universalidade (o mundo das coisas), ao passo que a articulação *constitui osujeito em sua relação com o sentido*, de modo que ela representa, no interdiscurso, aquilo que *determina a dominação da forma-sujeito*.

Plantar é o posto na formulação do agricultor/produtor. O pré-construído é o desenvolvimento com o trabalho de cada um. Essa é a política do liberalismo. Trabalhar para desenvolver.

Efeito de fecho

Em tempos de globalização, o discurso estatal nacional capitalista, em um jogo de relações de força entre discursos estatais internacionais, impõe uma fronteira discursiva de restrições estabelecendo o sentido do ‘aquele que não pode’ em oposição à ‘aquele que pode’.

A região política administrativamente denominada Amazônia Legal é distinguida em função de paradigmas de caráter ecológico ambiental, que influenciam a maneira como a própria sociedade se posiciona em relação a esta região, com os reflexos sociais, jurídicos, econômicos e organizacionais. Estes paradigmas ambientais são construídos em ambiente global, muitas vezes desconsiderando os paradigmas ambientais adotados na região, nem considerando a interpretação dos paradigmas ambientais globais pela sociedade local.

Esta pesquisa nos possibilita conhecer as características da sociedade em nossa região de interesse e que essa sociedade, que se apresenta com uma economia emergente, possa pensar o caminho das melhores práticas para a aliança entre desenvolvimento e sustentabilidade e possa estabelecer um programa permanente de discussão que vise pensar a conservação da biodiversidade local e o desenvolvimento sócio-econômico como questões muito mais abrangentes do que as tradicionais metas econômico-financeiras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Achard, Pierre. 1999. *Papel da Memória*. Tradução e introdução José Horta Nunes, Campinas, SP, Pontes.

Althusser, L. P. 1998. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Graal.

Courtine, J. J. 1997. A Rede de Formulações. In: *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Dominique Maingueneau, 3ª ed. Campinas/SP: Pontes.

EMBRAPA – 1994. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. In: *Manual de Diretrizes Ambientais para Investidores e Analistas de Projetos na Amazônia – SUDAM – Cobertura Vegetal da Amazônia Brasileira*, p.08.

Ferreira, Aurélio B. H. 2010. *Dicionário Ortográfico da Língua Portuguesa*. 5ª ed. Curitiba: Positivo, 2222p.

Foucault, Michel. 1997. A arqueologia do saber. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 5ª edição, RJ : Ed. Forense Universitária. p. 259

Guimarães, Eduardo. 1995. *Os Limites do Sentido: um Estudo Histórico Enunciativo da Linguagem*. Campinas, SP: Pontes.

Henry, Paul. 1997. A História não Existe? In: *Gestos de Leitura*. EniOrlandi(Org.) UNICAMP: Campinas.

Orlandi, Eni. 1999. *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos*. São Paulo: Pontes.

_____. 1999^a. *Do Sujeito na História e no Simbólico*. In: Escritos n.º 04, Laboratório de Estudos Urbanos – NUDECRI – Editora da UNICAMP.

_____. 1996. *Interpretação; Autoria, Leitura e Efeitos do Trabalho Simbólico*. Petrópolis/RJ: Vozes.

Oliveira, A. U. 1991. *Integrar para não Entregar: Políticas Públicas e Amazônia*. 2^a ed., Campinas/SP: Papyrus.

Pêcheux, Michel. 1997. *A Propósito da Análise Automática do Discurso: Atualização e Perspectivas (1975)*. In: Por Uma Análise Automática do Discurso: uma Introdução à obra de Michel Pêcheux. F Gadet e T. Hak (orgs.), 3^a ed. Editora da UNICAMP.

Pêcheux, Michel. 1990. *Delimitações, Inversões, Deslocamentos*. In: LABEURB, Em *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, (19): 7-24, jul/dez.

